

Rômulo Saraiva

Advogado, Jornalista e Mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP. Especialista em Direito Previdenciário pela Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (ESMAFE/RS) e pela Escola da Magistratura Trabalhista da Sexta Região (ESMATRA VI). É membro da comissão de Seguridade Social da OAB/PE e do Instituto dos Advogados Previdenciários (IAPE). Professor Convidado de vários Cursos de Pós-graduação em Direito. Atua como consultor e colunista em Previdência em diversos veículos de comunicação.

FRAUDE NOS FUNDOS DE PENSÃO

**Como a Gestão Fraudulenta
e a Supervalorização dos Ativos
Ameaçam a Previdência Complementar**

Prefácio de Rodrigo Janot

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

~~e-mail: editora@jurua.com.br~~

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-659-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 – Curitiba Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Saraiva, Rômulo.

S243 Fraude nos fundos de pensão: como a gestão fraudulenta e a supervalorização dos ativos ameaçam a previdência complementar./ Rômulo Saraiva./ Curitiba: Juruá, 2021.

348p.: il.; 21cm (Coleção Fraudes Previdenciárias)

1. Direito previdenciário. 2. Fundos de pensão – Fraudes. I. Título.

CDD 344.032 (22.ed)

CDU 349.3

600090

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	19
LISTA DE GRÁFICOS	21
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	23
INTRODUÇÃO	27
1 EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO, GESTÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL E AS REGRAS DE INVESTIMENTOS	31
1.1 SURGIMENTO HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	31
1.2 MODELO DE GOVERNO: ESTADOS LIBERAL, SOCIAL E NEOLIBERAL	35
1.3 REGULAÇÃO DA NORMA PREVIDENCIÁRIA: CONSTITUCIONAL E INFRALEGAL	39
1.3.1 Regime Constitucional.....	39
1.3.2 Regime Infralegal	43
1.3.3 Regulação Normativa da Lei 6.385/1976 e Leis Complementares 108/2001 e 109/2001.....	48
1.3.3.1 Normas da Comissão de Valores Mobiliários	53
1.3.3.2 Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar	56
1.3.3.3 Normas do Conselho Monetário Nacional	60
1.4 CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	63
2 O RISCO SOCIAL, O CONTINGENCIAMENTO DO RISCO DE INVESTIMENTOS E OS ATOS DE GESTÃO NOS FUNDOS DE PENSÃO	71
2.1 O FATOR “RISCO” NA PREVIDÊNCIA	72

2.2	CONTINGENCIAMENTO E ESPÉCIES DE RISCO.....	85
2.2.1	Fatores de Risco Comuns aos Valores Mobiliários.....	92
2.2.1.1	Risco de investimento financeiro.....	93
2.2.1.2	Risco de mercado	94
2.2.1.3	Risco do negócio	95
2.2.1.4	Risco de crédito.....	96
2.2.1.5	Risco atuarial.....	100
2.2.1.6	Risco operacional	103
2.2.2	Fatores de Risco Específicos ao Fundo de Investimento em Participação.....	105
2.2.2.1	Riscos relacionados ao desempenho e à solvência das companhias investidas.....	105
2.2.2.2	Riscos relacionados à participação no processo das companhias investidas.....	106
2.2.2.3	Riscos relacionados à concentração da carteira do fundo....	107
2.2.2.4	Riscos relacionados ao critério de precificação de ativos....	107
2.3	ATOS DE GESTÃO NOS FUNDOS DE PENSÃO	110
2.3.1	Gestão Fraudulenta	111
2.3.2	Gestão Temerária.....	113
2.3.3	Diferença: Gestão Fraudulenta x Gestão Temerária.....	113
2.3.4	Má Gestão.....	121
2.3.5	Terceirização da Gestão.....	126
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS DE CONTROLE E BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA.....	133
3.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS EFPCS	134
3.1.1	Conselho Deliberativo.....	139
3.1.2	Conselho Fiscal.....	147
3.1.3	Diretoria Executiva.....	148
3.2	ÓRGÃOS DE CONTROLE	151
3.2.1	Órgãos de Assessoramento	156
3.2.2	Superintendência Nacional de Previdência Complementar.....	158
3.2.3	Banco Central do Brasil.....	171
3.2.4	Conselho Monetário Nacional.....	175
3.2.5	Tribunal de Contas da União.....	177

3.3	BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	186
3.3.1	Governança Corporativa	188
3.3.2	<i>Compliance</i>	195
3.3.3	Supervisão Baseada em Risco (SBR)	199
3.3.4	<i>Whistleblowing</i> ... “Lei do Apito” no Ambiente Corporativo	202
4	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO SOBREPESIFICADO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO FRAUDULENTO NOS FUNDOS DE PENSÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	209
4.1	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)	209
4.1.1	Características do Fundo de Investimento em Participação	214
4.1.2	Ciclo de Atividade no FIP	218
4.2	A FRAUDE DA SOBREPESIFICAÇÃO DO FIP	224
4.3	COMPLEXIDADE DAS FRAUDES E A NECESSIDADE DE <i>EXPERTISE</i> PARA IDENTIFICÁ-LAS	233
4.4	<i>MODUS OPERANDI</i> DA AÇÃO FRAUDULENTO	245
4.5	CASOS DE SOBREPESIFICAÇÃO DE FIP	252
4.5.1	Sobrepesificação dos Ativos do FIP Floresta	253
4.5.2	Sobrepesificação dos Ativos do FIP Remix	260
4.6	CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA PESIFICAÇÃO FRAUDULENTO DO FIP	266
4.7	RESPONSABILIDADE DOS AGENTES INTERNOS E EXTERNOS DA EFPC NA FRAUDE	273
4.7.1	Responsabilidade Administrativa	275
4.7.2	Responsabilidade Penal	288
4.7.3	Responsabilidade Civil	297
4.7.3.1	Agente interno da EFPC	304
4.7.3.2	Gestor terceirizado	307
4.7.3.3	Agente externo	311
4.7.3.4	Agente estatal	312
	CONCLUSÃO	317
	REFERÊNCIAS	321
	ÍNDICE REMISSIVO	335